

Fundação Margarida Maria Alves inicia atividades em 2019 com planejamento

Após as férias de janeiro, a Fundação Margarida Maria Alves iniciou suas atividades em fevereiro com o planejamento interno de seu cronograma e mais uma oficina do Curso de Formação de Juristas Populares.

Marcelo Soares, assessor de comunicação, destaca os focos da organização em 2019. “Começamos o ano animados com o retorno às oficinas de nosso Curso de Formação de Juristas Populares. Em novembro e dezembro do ano passado tivemos um encontro e uma oficina de Direitos Humanos, voltamos com uma oficina de Políticas Públicas e Controle Social, uma de Gênero e uma de Linguagem Escrita e Documentação. Agora em abril entramos, finalmente, nos módulos de direito”, destaca.

No campo da articulação democrática, foi realizada em fevereiro uma primeira reunião na sede da entidade com outras organizações da sociedade civil no intuito de debater a conjuntura, nacional e local, e planejar estratégias e ações em conjunto.

Outra questão de



Entidades da sociedade civil reunidas na sede da Fundação.

interesse da Fundação é a formulação e busca de aprovação de novos projetos em editais de financiamento. “Todos sabemos que organização sem fins lucrativos mantêm seus projetos com apoio de editais, sejam públicos ou privados. Nossa expectativa é conseguir que outros projetos sejam escolhidos pelas financiadoras e, assim, possamos ampliar nosso leque de atuação e seguir de forma mais tranquila nossas atividades”, explica Marcelo.

Dentro do planejamento do Projeto Conhecendo o Direito, Construindo a Cidadania estão marcadas também rodas

de diálogo e visitas a entidades e comunidades representadas pelos cursistas da atual turma do Curso de Juristas Populares.

A Fundação também segue com seu Brechó e Bazar na sua sede com produtos novos, seminovos e de diversos tipos. Também são aceitos doações de produtos ou deixados em consignação, e/ou doações financeiras através de depósito no Banco Bradesco, Conta: 122749-1, Agência: 0435-9.

Editorial

Resiliência é a capacidade do indivíduo lidar com problemas, adaptar-se a mudanças, superar obstáculos ou resistir à pressão de situações adversas. Em tempos difíceis é importante, mais do que nunca, ser resiliente.

Entramos em 2019 seguindo na luta por uma sociedade mais justa, digna, livre e igual. Para isso, continuamos com nossas oficinas e módulos do Curso de Formação de Juristas Populares, nos preparando para os desafios no trabalho com um novo projeto sobre violência contra a mulher e em luta contra o feminicídio.

Seguimos certos de nossa missão e na esperança de que amanhã sempre há de ser outra dia com água nova brotando, samba tocando e enorme poesia.

Esperamos que goste dessa edição de nosso informativo. Boa leitura!

Livro reúne dados e histórico sobre o Curso de Juristas Populares

Publicado em setembro de 2018, o livro *Formação Jurídico-Popular; sistematização da experiência do Curso de Formação de Juristas Populares* é o registro de um trabalho desenvolvido pela Fundação Margarida Maria Alves na educação popular para o Direito há 20 anos.

Segundo Vera Rodrigues, responsável pela pesquisa e sistematização, "buscamos proporcionar o conhecimento da trajetória dessa experiência passando pelos desafios que foram sendo enfrentados na sua realização desde a primeira turma em 1999 até a 15ª, concluída em 2017, as parcerias estabelecidas ao longo do tempo e os resultados alcançados com o curso e a atuação dos/as Juristas



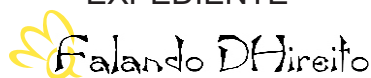
*Sistematização da Experiência do
Curso de Formação de Juristas Populares
(1999 - 2017)*



Populares nas comunidades e grupos onde atuam."

O livro contém 104 pgs. e pode ser adquirido na sede da Fundação ou através dos correios, com depósito em conta, ao preço de R\$ 25,00.

EXPEDIENTE



Esta é uma publicação da
Fundação de Defesa dos Direitos
Humanos Margarida Maria Alves.
Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro
CEP: 58011-110, João Pessoa, PB.
Telefone/fax: 3221-3014
www.fundacaomargaridaalves.org.br
fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br
Jornalista responsável:
Marcelo Soares (DRT 2612 /PB)
Fotos: arquivo da entidade
Tiragem: 1000 exemplares
Apoio: Misereor
Impressão: Gráfica JB



<http://www.fundacaomargaridaalves.org.br/>
Fundação Margarida Maria Alves
FundacaoMMAlves

Quer contribuir com a continuidade dos nossos projetos?
Para ajudar a manter nossos programas de defesa dos Direitos Humanos, adquira um dos nossos produtos, seja nosso voluntário ou faça doações na
Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco.

Filiada ao



CIDH condena feminicídios no Brasil

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) expressa a sua preocupação pela prevalência alarmante de assassinatos de mulheres por motivo de estereótipo de gênero no Brasil, uma vez que pelo menos 126 mulheres foram mortas no país desde o início do ano. A Comissão solicita o Estado a implementar estratégias abrangentes para prevenir tais eventos e cumprir sua obrigação de investigar, julgar e punir os responsáveis; bem como oferecer proteção e reparação integral a todas as vítimas.

Segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), da Organização das Nações Unidas, 40% de todos os assassinatos de mulheres

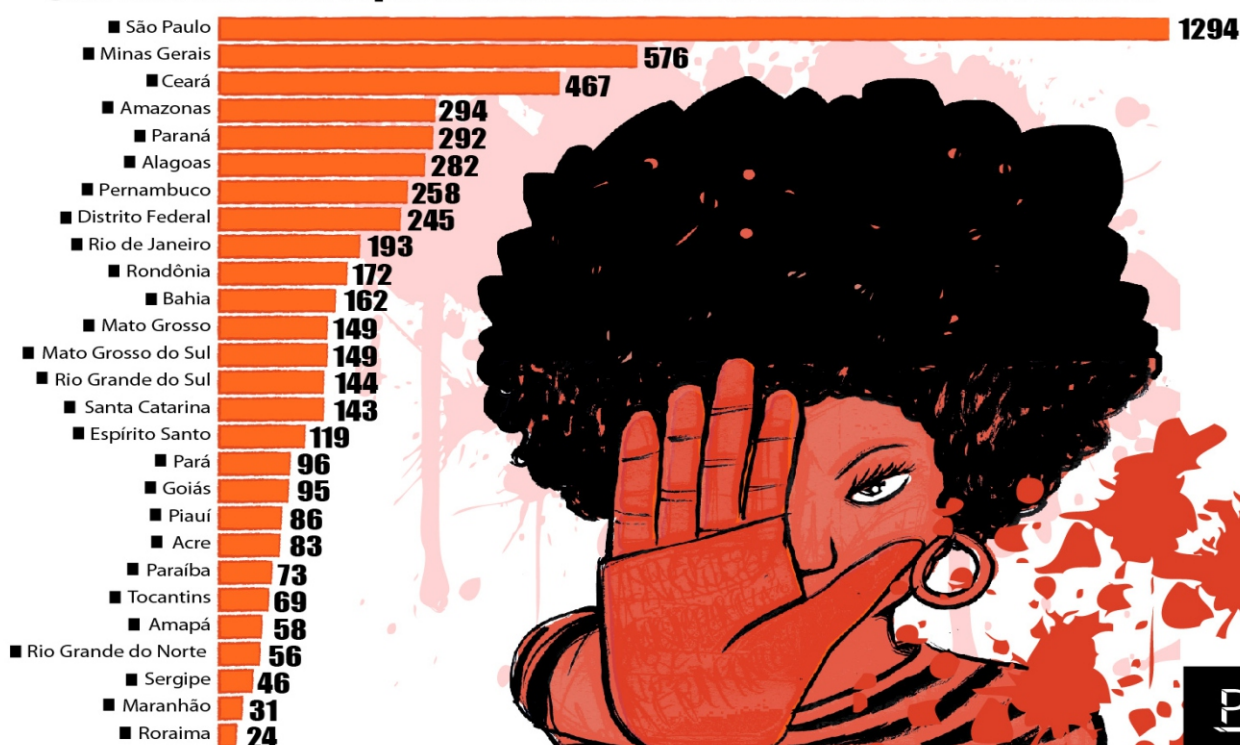
registrados no Caribe e na América Latina ocorrem no Brasil. Segundo informações divulgadas pela imprensa, no Estado do Rio de Janeiro, em média, 300 mulheres são assassinadas por ano e, no Estado de São Paulo, de janeiro a novembro do ano passado, foram registrados 377 assassinatos de mulheres.

A Comissão observa com preocupação que, na maioria dos casos, as mulheres assassinadas já haviam apresentado denúncias prévias contra seus agressores, enfrentado sérios atos de violência doméstica ou mesmo sido vítimas de ataques ou tentativas de homicídio. A CIDH observa ainda que, em muitos desses casos, os agressores tiveram ou mantinham uma relação amorosa com as

vítimas, que quase a metade dos assassinatos de mulheres no Brasil são cometidos por meio de armas de fogo e que, na maioria dos casos, eles acontecem dentro de suas próprias casas.

A Comissão ressalta a necessidade de se reforçar a formação de agentes públicos e pessoas que prestam serviço para o Estado com a perspectiva de gênero e identificar efetivamente a natureza discriminatória destes crimes; proteger as vítimas e suas famílias contra a revitimização, além de tipificar tais casos com feminicídio, quando apropriado.

Confira a lista de inquéritos de feminicídio abertos em cada estado



Pesquisa realizada entre 2015 e 2017 pelo Conselho Nacional do Ministério Público - Fonte: Ponte.org

Fundação Margarida Maria Alves tem projeto aprovado no Fundo de Direitos Difusos do Ministério Público da Paraíba



Repensar a violência doméstica contra a mulher sob a perspectiva da masculinidade e trabalhar a prevenção dessa violência são os objetivos do projeto REPENSAR: Refletindo Coletivamente a Violência Doméstica e Familiar contra Mulheres. Idealizado pela Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves, o projeto foi aprovado no Fundo de Direitos Difusos (FDD) do Ministério Público da Paraíba (MPPB).

Segundo Marcelo Soares, assessor de comunicação da entidade, a violência contra mulheres, especialmente a violência doméstica, envolve questões afetivas e emocionais

importantes que devem ser pensadas ao se trabalhar o problema. “Em geral, o agressor é companheiro da vítima, pai de seus filhos, o que dificulta o rompimento da relação afetiva, mesmo em um contexto de violência. É verificada, em muitos casos, uma tendência de a vítima não tomar qualquer atitude contra o agressor, por se culpar pela violência sofrida, por esperar que o comportamento violento cesse, ou, ainda, por temer pela sua integridade física ou de seus filhos”, destaca.

Para ele, a punição é importante para enfrentar os efeitos da violência doméstica e demonstrar a sociedade que tais crimes não podem e não devem ficar impunes, entretanto, não é a única ação necessária.

“Entendemos que essa punição deve ser acompanhada de uma maior reflexão acerca dos atos de quem comete violência doméstica e familiar contra a mulher.

Nesse sentido, faz-se necessária a constituição de grupos de homens que estejam envolvidos diretamente nesse tipo de violência, que já receberam sentença penal condenatória, afim de que se propicie uma mudança significativa de atitude e percepção sobre as variadas formas de violência às quais as mulheres são submetidas”, explica.

O Projeto Repensar

tem como proposta criar grupos de caráter psicossocioeducativo, focando nos homens em processo judicial ou já condenados por violência doméstica e familiar contra mulheres.

O objetivo é promover uma maior reflexão sobre a sociedade na qual eles estão inseridos, bem como fazer com que entendam a responsabilização de suas atitudes, através do diálogo e da educação. Porém, a atividade não deixa de lado a ação direta com as mulheres.

“As mulheres que foram vítimas de violência, bem como as que lutam pelos seus direitos, através de grupos organizados, também serão inseridas nesse projeto, uma vez que também se percebe algum desconhecimento de parte das mulheres em relação aos seus direitos e de como elas podem obter ajuda caso se insiram em contextos de violência de gênero”, explica Marcelo.

O projeto contará com a parceria do Ministério Público Estadual para sua realização e irá ter ao todo 04 encontros reflexivos com grupos de homens em processo judicial ou já condenados por violência doméstica e familiar contra mulheres; 04 grupos reflexivos com mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Além disso, ele terá 06 oficinas preventivas sobre violência doméstica e familiar contra mulheres; encontro de sensibilização com servidoras/es e/ou voluntários/as (profissionais e estudantes) do MPPB e Encontro Nacional sobre Experiências de Grupos Reflexivos com Homens.

CIDH notifica o Relatório Final de Mérito do Caso da Defensora de Direitos dos Trabalhadores Rurais, Margarida Maria Alves

Em dezembro de 2018 a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) notificou os peticionários da adoção do Relatório Final de Mérito relativo ao caso da defensora de direitos humanos Margarida Maria Alves, assassinada em 12 de agosto de 1983 na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande, na Paraíba. A decisão da Comissão vem 35 anos após a sua morte.

“Este caso se enquadra em um contexto generalizado de violação de direitos humanos, ataques e assassinatos que buscam silenciar defensores que ocorre até os dias de hoje no Brasil. A decisão da CIDH no caso de Margarida foi notificada no dia em que o assassinato de outra defensora, Marielle Franco, completa 9 meses de impunidade”, declarou Viviana Krsticevic, Diretora Executiva do CEJIL.

“A CIDH tem emitido diversos comunicados de imprensa condenando o assassinato de defensoras e defensores de direitos humanos, principalmente aqueles vinculados com a defesa dos trabalhadores rurais. Esta situação foi também observada pela CIDH em recente visita in loco e consta no relatório preliminar publicado após a visita”, mencionou Alexandra Montgomery, Diretora do escritório do CEJIL no Brasil.

Como consequência da responsabilização do Estado brasileiro pela morte da defensora de direitos humanos Margarida Maria Alves a CIDH emitiu 4 recomendações para que o Estado brasileiro: 1) repare os familiares da vítima com medidas de compensação pecuniária e de satisfação que incluam os danos materiais e imateriais; 2) realize uma investigação de maneira diligente, efetiva e dentro de um prazo razoável para esclarecer os fatos, identificar e sancionar os responsáveis materiais, intelectuais e estruturas de poder relacionadas a sua morte; 3) disponha de medidas de atenção à saúde física e mental para os familiares de Margarida Maria Alves; 4) disponha de medidas de não repetição, como o fortalecimento do Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, incluindo a prevenção de atos de violência contra defensores e defensoras de direitos dos trabalhadores no Brasil.

“Esperamos que o Estado, cumpra com essas recomendações e as veja como uma oportunidade de renovar e demonstrar o seu compromisso com os direitos humanos”, afirmou Montgomery.

Fonte: <http://www.cejil.org>

Projeto Reconexão Periferias mapeia movimentos e coletivos periféricos de todo país

Com o objetivo de evidenciar a atuação de coletivos locais e fortalecer o estabelecimento de redes entre essas organizações, o Projeto Reconexão Periferias vem realizando desde o primeiro semestre de 2018 um mapeamento de movimentos e coletivos periféricos de todos os Estados do país. O resultado será lançado no Boletim Mapeamento dos Movimentos Sociais das Periferias, publicação mensal que também traz textos temáticos, espaço aberto para os coletivos, agenda nacional de eventos e oportunidades para captação de recursos.

Segundo os coordenadores do projeto, até o momento foram mapeadas 451 instituições das 600 que são o foco nas áreas de cultura, trabalho e combate à violência. O primeiro Boletim de Mapeamento, publicado este mês, levantou informações sobre as organizações da área de cultura, a qual concentra o maior número de organizações mapeadas - 234 com representações em todas as unidades federativas.

“Todos os meses apresentaremos uma análise de dados relativos a este mapeamento. Nesta primeira

unidade do boletim, considerando que estamos em período de carnaval, trazemos informações das organizações da área de cultura. Embora suas atividades sejam identificadas 'apresentações artísticas', elas realizam processos formativos por meio de oficinas, encontros de formação e cursos livres. As intervenções culturais fazem parte de uma ação comprometida com o desenvolvimento do território em que atuam e, por isso, temáticas sociais diversas atravessam seus projetos”,

destaca o Boletim.

O Projeto é realizado pela Fundação Perseu Abramo (FPA), que realizou desde então rodas de conversas que culminaram na realização do Primeiro Seminário Nacional no último dia 30 de janeiro, reunindo representantes de manifestações culturais, da USP, Mackenzie, Dieese, dirigentes partidários e de movimentos sociais. Mais informações pelo site: <http://fpabramo.org.br>



Agora que você chegou ao fim de nosso informativo que tal nos dar um retorno do que achou? Isso mesmo, nos escreva dizendo o que acha de nosso jornal, dando sugestões, fazendo críticas, o espaço é seu! Então corre para o computador e mande um e-mail para fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br ou nos mande uma carta para Rua: Irineu Joffily, 185, Centro, João Pessoa/PB, CEP: 58011-110. Sua opinião é muito importante para nós.